



## SUMÁRIO

.....

<b>TÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL PENAL</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PROCESSO PENAL</b> .....	3
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i> .....	3
1.2 Devido processo legal .....	3
1.3 Verdade processual .....	6
1.4 Publicidade dos atos processuais .....	11
1.5 Contraditório .....	14
1.6 Imparcialidade do juiz .....	17
1.7 Presunção de inocência .....	20
1.7.1 Ônus da prova .....	23
1.8 Princípio do <i>favor rei</i> .....	28
1.9 Promotor natural .....	29
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo .....	33
<b>CAPÍTULO II – SISTEMAS PROCESSUAIS</b> .....	39
2.1 Noções gerais .....	39
2.2 Sistema inquisitivo .....	39
2.3 Sistema acusatório .....	41
2.4 Sistema misto ou acusatório formal .....	43
2.5 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto .....	46
2.5.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 (vide nova Lei de Falências, nº 11.101/2005) .....	46
2.5.2 Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951) .....	46
2.5.3 Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996) .....	47
2.5.4 Sistema acusatório e o Código de Processo Penal .....	47
2.5.5 Juiz de Garantias .....	55

<b>CAPÍTULO III – INQUÉRITO POLICIAL</b> .....	61
3.1 Noções gerais .....	61
3.2 Conceito .....	62
3.3 Natureza jurídica .....	67
3.4 Características .....	69
3.4.1 Inquisitorial .....	69
3.4.2 Formal .....	70
3.4.3 Sistemático .....	70
3.4.4 Unidirecional .....	71
3.4.5 Sigiloso .....	72
3.4.6 Discricionário .....	74
3.5 Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público .....	74
3.6 Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	78
3.7 Do contraditório no inquérito policial – art. 14-A .....	80
3.8 Arts. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional .....	83
3.8.1 Busca pessoal e fundadas razões .....	83
3.8.2 Condução coercitiva da testemunha no IP .....	84
3.8.3 Busca e apreensão e consentimento do cônjuge .....	84
3.8.4 Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão <i>dia</i> .....	86
3.8.5 Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares .....	87
3.8.6 Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares .....	88
3.8.7 Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008 .....	89
3.9 Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica .....	92
3.10 Questões controvertidas .....	98
3.10.1 Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008 .....	98
3.10.2 Diligência investigatória determinada pelo juiz .....	99
3.10.3 Rejeição de parte da denúncia .....	100
3.10.3.1 Conclusão .....	107
3.10.4 Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade .....	108
3.10.5 Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia .....	110
3.11 Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado .....	111
3.12 Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006 .....	115
3.13 A investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nº 6.368/1976 e 10.409/2002 .....	137
3.14 Inquérito policial na Lei de Falências .....	163
3.15 Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	164
3.16 Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural .....	167

3.16.1	Arquivamento implícito do inquérito policial .....	173
3.16.2	Do Acordo de Não Persecução Penal – ANPEPE .....	175
3.17	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	187
3.18	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional .....	189
3.19	Desarquivamento do inquérito policial .....	191
<b>CAPÍTULO IV – AÇÃO PENAL .....</b>		<b>203</b>
4.1	Noções gerais .....	203
4.2	Fundamento do direito de ação .....	204
4.3	Natureza jurídica do direito de ação .....	204
4.4	Conceito e características do direito de ação .....	205
4.5	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação .....	206
4.6	Ação penal pública .....	207
4.6.1	Princípios básicos .....	207
4.6.1.1	Obrigatoriedade – visão constitucional .....	207
4.6.1.2	Indivisibilidade .....	214
4.6.1.2.1	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	215
4.6.1.3	Indisponibilidade .....	216
4.7	Ação penal de iniciativa privada .....	220
4.7.1	Noções gerais .....	220
4.7.1.A	O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais .....	223
4.7.2	Princípios básicos .....	230
4.7.2.1	Oportunidade ou conveniência .....	230
4.7.2.2	Disponibilidade .....	231
4.7.2.2.1	Do perdão .....	231
4.7.2.2.2	Da perempção .....	232
4.7.2.3	Indivisibilidade .....	232
4.7.2.4	Intranscendência .....	237
4.8	Ação penal de iniciativa privada personalíssima .....	238
4.9	Condições para o regular exercício do direito de ação .....	239
4.9.1	Legitimidade .....	240
4.9.2	Interesse de agir .....	241
4.9.3	Possibilidade jurídica .....	242
4.9.4	Justa causa .....	243
4.10	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional .....	244
4.10.1	Juizados especiais itinerantes .....	251
4.11	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995 .....	251
4.12	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	257
4.13	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública .....	260

<b>CAPÍTULO V – JURISDIÇÃO</b> .....	269
5.1 Noções gerais .....	269
5.2 Princípios .....	270
5.2.1 <i>Ne procedat judex ex officio</i> .....	270
5.2.2 Indeclinabilidade da jurisdição .....	270
5.2.3 Indelegabilidade da jurisdição .....	270
5.2.4 Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição .....	271
5.2.5 Juiz natural .....	271
5.2.6 Unidade da jurisdição .....	273
5.2.7 <i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	273
5.3 Competência .....	274
5.3.1 Conceito .....	274
5.3.2 Natureza jurídica .....	274
5.4 A competência na Justiça Federal .....	274
5.5 Competência na Justiça Estadual .....	285
5.5.1 Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida ....	289
5.5.2 Tribunal do Júri e desclassificação .....	290
5.5.3 Lei nº 13.491/2017 – Alteração de competência do crime militar .....	294
5.5.4 Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns .....	304
5.5.5 Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida .....	309
5.5.6 Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função .....	311
5.5.7 Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006 .....	320
5.5.8 Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função .....	325
5.5.9 Conexão e continência e competência recursal .....	326
5.5.10 Conflitos de competência de atribuição – distinção .....	327
5.5.11 Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) –EC nº 45/2004 .....	330
5.6 Juizados Especiais Criminais .....	344
5.7 Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva) .....	361
<b>CAPÍTULO VI – TEORIA GERAL DA PROVA</b> .....	373
6.1 Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....	373
6.2 Objeto da prova .....	374
6.3 Meios de prova .....	374
6.4 Classificação da prova .....	375
6.4.1 Quanto ao objeto .....	375
6.4.1.1 Direta .....	375
6.4.1.2 Indireta .....	375
6.4.2 Quanto ao sujeito .....	376
6.4.2.1 Prova pessoal .....	376

6.4.2.2	Prova real .....	376
6.4.3	Quanto à forma .....	377
6.4.3.1	Testemunha .....	377
6.4.3.2	Documental .....	377
6.4.3.3	Prova material .....	377
6.5	Natureza jurídica da prova .....	377
6.6	Princípios da prova .....	378
6.6.1	Princípio da comunhão da prova .....	378
6.6.2	Princípio da liberdade da prova .....	378
6.6.3	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	380
6.6.3.1	Prova ilícita, ilegítima e irregular .....	383
6.6.3.2	Prova ilícita por derivação .....	384
6.6.3.3	A reforma da Lei nº 11.690/2008 .....	389
6.6.3.4	Prova (i)lícita em favor do réu: teorias .....	391
6.7	Da prova emprestada .....	392
6.7.1	Conceito .....	392
6.7.2	Requisitos .....	392
6.7.3	Questões controvertidas .....	393
6.7.4	Natureza jurídica da prova emprestada .....	394
6.8	Indício, presunção e ficção – diferença .....	395
6.9	Da prova indiciária .....	397
6.10	Do ônus da prova .....	398
6.10.1	O ônus da prova e o poder instrutório do juiz .....	402
6.10.2	Natureza jurídica do ônus da prova .....	404
6.11	Do procedimento probatório .....	405
6.12	Sistemas de avaliação das provas .....	407
6.12.1	Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz .....	407
6.12.2	Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada .....	409
6.12.3	Sistema da livre convicção ou da persuasão racional .....	410
6.13	Natureza das normas que tratam das provas .....	412
6.14	Cadeia de custódia da prova .....	413
<b>CAPÍTULO VII – DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA .....</b>		<b>421</b>
7.1	Noções Gerais .....	421
7.2	Características .....	422
7.2.1	Pressupostos .....	426
7.3	Prisão em flagrante .....	426
7.3.1	Conceito de flagrante delito .....	427
7.3.2	Do fundamento da prisão em flagrante .....	428
7.3.2.1	Da decretação judicial da prisão em flagrante. ....	431
7.3.3	Espécies de flagrante delito .....	434

7.3.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada .....	438
7.3.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais .....	439
7.3.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado .....	441
7.3.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado .....	443
7.3.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal .....	443
7.3.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011 .....	444
7.3.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005 ....	446
7.3.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública .....	448
7.3.12	Da audiência de custódia .....	450
7.4	Prisão preventiva <i>stricto sensu</i> .....	450
7.4.1	Momento para a decretação da prisão preventiva .....	453
7.4.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva .....	455
7.4.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva .....	458
7.4.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude .....	462
7.4.5	Princípio da motivação das decisões judiciais .....	463
7.4.6	Revogação da prisão preventiva .....	465
7.5	Prisão administrativa .....	466
7.6	Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008 .....	468
7.7	Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008 .....	474
7.8	Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989 .....	476
7.9	Liberdade provisória: noções gerais .....	483
7.9.1	Liberdade provisória com ou sem fiança .....	484
7.9.1.1	Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, § 1º, do CPP) .....	485
7.9.1.2	Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP .....	487
7.9.1.3	Liberdade provisória mediante fiança (e, conseqüentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP .....	489
7.9.1.4	Finalidade da fiança .....	490
7.9.1.5	A autonomia da autoridade policial .....	490
7.9.1.6	Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a quatro anos .....	491
7.9.1.7	Crime tentado .....	494
7.9.1.8	Concurso material de crimes .....	494
7.9.1.9	Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena) .....	495
7.9.1.10	Quebra da fiança .....	496
7.9.2	Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos .....	499
7.9.3	Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória .....	501
7.10	Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais .....	505

7.10.1	Autonomia das medidas cautelares .....	507
7.10.2	Legitimidade para requerer a medida cautelar .....	508
7.10.3	Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório .....	511
7.10.4	Fungibilidade das medidas cautelares .....	512
7.10.5	Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC .....	515
7.10.6	Princípio da proibição do excesso .....	517
7.10.7	Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social .....	517
7.10.8	A homogeneidade da medida cautelar .....	519
7.10.9	A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio .....	520
7.10.10	Prisão por precatória .....	520
7.10.11	Princípio da celeridade e da economia processual .....	520
7.10.12	A prisão e remoção do preso .....	521
7.10.13	A prisão e a celeridade na captura .....	521
7.10.14	O preso provisório e a separação do preso definitivo .....	521
7.10.15	A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva .....	522
7.10.16	Da prisão preventiva domiciliar .....	526
7.10.17	Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319 .....	530
7.10.18	Medida cautelar de entrega do passaporte .....	540
7.10.19	Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321 .....	541
<b>CAPÍTULO VIII – PROCESSO E PROCEDIMENTO .....</b>		<b>551</b>
8.1	Processo: noções gerais e conceito .....	551
8.2	Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório) .....	554
8.3	Pressupostos processuais .....	557
8.4	Procedimento e sua distinção de processo .....	558
8.5	Formas procedimentais .....	558
8.5.1	Procedimento comum ordinário .....	561
8.5.1.1	Oferecimento da denúncia (D) .....	561
8.5.1.2	Recebimento fundamentado da denúncia .....	563
8.5.1.3	Citação .....	565
8.5.1.3.1	Noções gerais e conceito .....	565
8.5.1.3.2	Natureza jurídica da citação .....	566
8.5.1.3.3	A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediate da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> .....	568
8.5.1.3.3.1	Requisitos da suspensão .....	568
8.5.1.3.3.2	Limite de tempo da suspensão .....	569
8.5.1.3.3.3	Incidência da norma .....	570
8.5.1.3.3.4	Recurso da decisão de suspensão .....	572
8.5.1.3.3.5	Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal .....	572

	8.5.1.3.3.6	Concurso de pessoas e citação por edital ..	574
	8.5.1.3.3.7	Tribunal do Júri e citação por edital .....	574
	8.5.1.3.3.8	Defensor público e citação por edital .....	575
	8.5.1.3.4	Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	575
8.5.1.4		Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP .....	575
8.5.1.5		Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397 .....	577
8.5.1.6		Juízo de admissibilidade da acusação .....	581
8.5.1.7		Intimação e requisição do preso .....	581
8.5.1.8		Princípio da identidade física do juiz no processo penal .....	582
8.5.1.9		Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400 e art. 400-A .....	586
	8.5.1.9.1	Prova de acusação (PA) .....	587
	8.5.1.9.2	Prova de defesa (PD) .....	590
	8.5.1.9.3	Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas .....	591
	8.5.1.9.3.1	Esclarecimento dos peritos .....	591
	8.5.1.9.3.2	Assistente técnico na perícia .....	591
	8.5.1.9.3.3	Acareação .....	592
	8.5.1.9.3.4	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	593
	8.5.1.9.3.5	Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP .....	594
	8.5.1.9.3.6	Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009 .....	601
	8.5.1.9.4	Diligências (D) .....	612
	8.5.1.9.5	Alegações finais orais (AFO) .....	613
8.5.1.10		Aditamento na denúncia .....	614
	8.5.1.10.1	Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório) .....	614
	8.5.1.10.2	Conceito .....	616
	8.5.1.10.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento) .....	616
	8.5.1.10.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo .....	617
	8.5.1.10.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição .....	619
	8.5.1.10.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia .....	619
	8.5.1.10.7	Consequências processuais do aditamento à denúncia .....	620
8.5.1.11		Sentença .....	629
	8.5.1.11.1	Relatório .....	630
	8.5.1.11.2	Motivação ou fundamentação .....	630
	8.5.1.11.3	Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ) .....	631



	8.5.1.11.4	Dever de indenizar no juízo criminal: (in)constitucionalidade .....	631
8.5.2		Tribunal do Júri .....	636
	8.5.2.1	Introdução histórica .....	636
	8.5.2.2	Rito processual do tribunal do júri .....	656
	8.5.2.3	Pronúncia .....	659
	8.5.2.3.1	Natureza jurídica da pronúncia .....	659
	8.5.2.3.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?) .....	662
	8.5.2.3.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia) .....	663
	8.5.2.3.4	Pronúncia e crimes conexos .....	664
	8.5.2.3.5	Pronúncia e qualificadoras do crime .....	664
	8.5.2.3.6	Pronúncia e seus efeitos .....	666
	8.5.2.3.7	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime? .....	667
	8.5.2.4	Impronúncia .....	670
	8.5.2.4.1	Natureza jurídica da impronúncia .....	673
	8.5.2.4.2	Prazo .....	674
	8.5.2.4.3	Requisitos da impronúncia .....	674
	8.5.2.4.4	Impronúncia e crimes conexos .....	674
	8.5.2.4.5	Impronúncia e efeitos civis .....	676
	8.5.2.5	Despronúncia .....	677
	8.5.2.6	Desclassificação .....	677
	8.5.2.6.1	Natureza jurídica da desclassificação .....	679
	8.5.2.6.2	Recurso da decisão desclassificatória .....	680
	8.5.2.7	Absolvição sumária .....	680
	8.5.2.7.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária ..	681
	8.5.2.7.2	Natureza jurídica da absolvição sumária .....	681
	8.5.2.7.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária .....	681
	8.5.2.7.4	Absolvição sumária e crimes conexos .....	683
	8.5.2.7.5	Absolvição sumária e efeitos civis .....	684
	8.5.2.8	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária) ..	688
	8.5.2.9	Manifestação das partes .....	693
	8.5.2.10	Não comparecimento do réu em plenário e formação do júri ....	694
	8.5.2.11	Pedido de absolvição do promotor de justiça .....	697
	8.5.2.11.1	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público? .....	699
	8.5.2.12	Regulamentação dos debates pelo juiz .....	701
	8.5.2.13	Uso de algemas em audiência .....	702

8.5.2.14	Dos debates em plenário .....	707
8.5.2.15	Quesitação no júri: questionários .....	710
8.5.2.16	Prisão obrigatória em decorrência da sentença penal condenatória recorrível no tribunal do júri .....	712
8.5.3	Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006 .....	713
8.5.3.1	Denúncia .....	714
8.5.3.2	Defesa prévia .....	715
8.5.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusa- tória estatal) .....	716
8.5.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ .....	722
8.5.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova .....	724
8.5.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia .....	725
8.5.4	Juizado Especial Criminal .....	733
8.5.5	Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) – aspectos processuais .....	735
8.5.5.1	Institutos despenalizadores .....	736
8.5.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo ...	736
8.5.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008 .....	736
8.5.5.4	Ação penal pública incondicionada .....	738
8.5.5.5	Quem é idoso para efeito do Estatuto? .....	738
8.5.5.6	Prescrição .....	739
8.5.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005 .....	739
<b>CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DAS NULIDADES .....</b>		<b>747</b>
9.1	Noções gerais e conceito de nulidade .....	747
9.2	Natureza jurídica da nulidade .....	750
9.3	Princípios processuais da nulidade .....	750
9.3.1	Prejuízo .....	750
9.3.2	Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	753
9.3.3	Interesse .....	754
9.3.4	Convalidação .....	754
9.4	Sistemas .....	755
9.4.1	Certeza legal .....	755
9.4.2	Instrumentalidade das formas .....	755
9.4.3	Misto .....	756
9.5	Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção .....	756
9.6	O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural .....	756
<b>CAPÍTULO X – TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....</b>		<b>759</b>
10.1	Conceito .....	759
10.2	Fundamento .....	760
10.3	Natureza jurídica do recurso .....	760

10.3.1	Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	760
10.3.2	Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação)	761
10.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	761
10.4	Princípios gerais dos recursos	761
10.4.1	Taxatividade	761
10.4.2	Unirrecorribilidade	762
10.4.3	Fungibilidade	762
10.4.4	Voluntariedade	763
10.4.5	Conversão	765
10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	765
10.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta	767
10.7	Efeitos dos recursos	774
10.7.1	Devolutivo	774
10.7.2	Suspensivo	778
10.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos	781
10.8	Os recursos e o direito intertemporal	782
10.9	Juízo de admissibilidade dos recursos	783
10.9.1	Conceito	783
10.9.2	Requisitos intrínsecos	785
10.9.2.1	Legitimidade	785
10.9.2.2	Interesse	790
10.9.3	Sucumbência e interesse	793
10.9.4	Requisitos extrínsecos	793
10.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal)	793
10.9.4.2	Tempestividade	794
10.9.4.3	Regularidade formal	794
10.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)	795
10.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação)	796
10.11	Recursos em espécie (questões relevantes)	796
10.11.1	Recurso em sentido estrito	796
10.11.2	Apelação	801
10.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007	809
10.11.3	Protesto por novo júri	811
10.11.4	Embargos infringentes e de nulidade	822
<b>TÍTULO II – DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO</b>		<b>833</b>
<b>CAPÍTULO I – DO HABEAS CORPUS</b>		<b>835</b>
1.1	Conceito	835
1.2	Natureza jurídica	835
1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo e coletivo	836

1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	838
1.5	Legitimidade ativa .....	839
1.6	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia .....	839
1.6.1	Juiz e competência .....	840
1.6.2	Promotor de justiça e competência .....	840
1.6.3	Delegado de polícia e competência .....	841
1.7	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema ....	841
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular .....	843
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo .....	844
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito .....	846
1.11	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) .....	847
1.12	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença .....	847
1.13	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal .....	848
1.14	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho .....	850
1.15	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer .....	853
1.16	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição .....	854
<b>CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL .....</b>		<b>859</b>
2.1	Noções gerais .....	859
2.2	Conceito .....	860
2.3	Natureza jurídica .....	860
2.4	Objeto .....	861
2.5	Condições para o regular exercício do direito de agir .....	862
2.5.1	Possibilidade jurídica do pedido .....	862
2.5.2	<i>Legitimatío ad causam</i> .....	862
2.5.3	Interesse processual .....	864
2.6	Formas de revisão criminal .....	864
2.7	Pressupostos legais .....	864
2.8	Fundamentos legais da revisão criminal .....	865
2.9	Revisão criminal de decisões não condenatórias .....	868
2.10	Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal .....	869
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira .....	871
2.12	Efeitos da revisão criminal .....	871
2.12.1	Alterar a classificação da infração penal .....	871
2.12.2	Absolver o réu .....	872
2.12.3	Modificar a pena .....	873
2.12.4	Anular o processo .....	873
2.12.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	875

<b>CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL</b> .....	877
3.1 Objetivos e noções gerais .....	877
3.2 Conceito .....	878
3.3 Natureza jurídica .....	878
3.4 Objeto .....	879
3.5 Questões controvertidas .....	879
3.5.1 Identificação criminal .....	879
3.5.2 Recurso próprio previsto em lei .....	880
3.5.3 Prova contra si mesmo .....	882
3.5.4 Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente .....	883
3.5.5 Direito de sufrágio do preso provisório .....	884
3.5.6 Estrangeiro não residente no país .....	884
<b>NOTA FINAL DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO</b> .....	889
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	891
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	903